

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

ANDERSON LI

**PARCEIROS COMERCIAIS EM CONTEXTO DA GUERRA COMERCIAL: UMA
ANÁLISE COMPARATIVA E DESCRITIVA DOS PAÍSES BRASIL E CHINA DE
2009 A 2018**

MONOGRAFIA

MARIANA – MG

2019

Anderson Li

**PARCEIROS COMERCIAIS EM CONTEXTO DA GUERRA COMERCIAL: UMA
ANÁLISE COMPARATIVA E DESCRITIVA DOS PAÍSES BRASIL E CHINA DE
2009 A 2018**

Monografia apresentada ao curso de Ciências
Econômicas da Universidade Federal de Ouro Preto
como requisito parcial para obtenção do título de
bacharel em Ciências Econômicas.

Orientador: Francisco Horácio de Pereira de Oliveira

Mariana, MG

DEECO/ICSA/UFOP

L693p Li, Anderson.
Parceiros comerciais em contexto da guerra comercial [manuscrito]: uma análise descritiva e comparativa dos países Brasil e China de 2009 a 2018 / Anderson Li. - 2019.

43f.f.: il.: color; grafs; tabs.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Horácio Pereira de Oliveira.

Monografia (Graduação). Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Ciências Econômicas e Gerenciais.

1. Comércio internacional - Brasil - China - Teses. 2. Brasil - Comércio - China - Teses. 3. Desenvolvimento econômico - Brasil - Teses. 4. Exportação - Brasil - China - Teses. 5. Relações econômicas internacionais - Brasil - China - Teses. I. Oliveira, Francisco Horácio Pereira de. II. Universidade Federal de Ouro Preto. III. Título.

Catálogo: ficha.sisbin@ufop.edu.br

CDU: 339.92

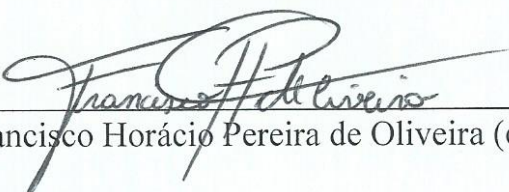
ANDERSON LI

Curso de Ciências Econômicas – ICESA/UFOP

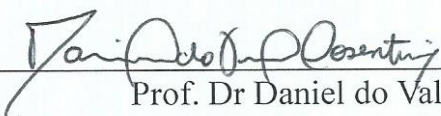
**PARCEIROS COMERCIAIS EM CONTEXTO DA GUERRA COMERCIAL: UMA ANÁLISE
COMPARATIVA E DESCRITIVA DOS PAÍSES BRASIL E CHINA DE 2009 A 2018**

Trabalho apresentado ao Curso de Ciências Econômicas do Instituto de Ciências Sociais e Aplicadas da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas.

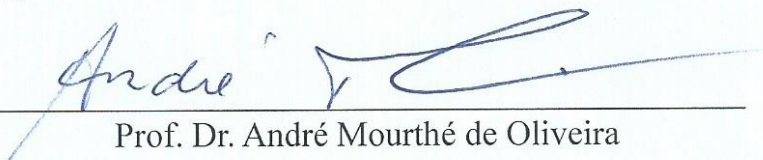
Banca Examinadora:



Prof. Dr. Francisco Horácio Pereira de Oliveira (orientador)



Prof. Dr Daniel do Val Cosentino



Prof. Dr. André Mourthé de Oliveira

Mariana, 15 de julho de 2019.

Agradecimentos

Agradeço aos meus amigos, da vida e da faculdade. Vocês tornaram essa trajetória incomparável.

Agradeço à minha família por todo o apoio, em especial meu irmão William, minha mãe e meu pai, meu sobrinho Arthur e meu primo Rafael.

Agradeço à oportunidade de ter estudado na Hochschule Schmalkalden – University of Applied Sciences e ter tido uma experiência única no exterior, e ao Professor José Artur por ter sido meu tutor nesta jornada.

Agradeço a todos os professores do curso de Ciências Econômicas do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas e à Universidade Federal de Ouro Preto por me proporcionar todo o aprendizado ao longo desses anos.

Agradeço ao Professor Júlio pelos conselhos e ao meu orientador Professor Chico pelas ótimas conversas sobre a vida.

Resumo

O presente estudo tem como objetivo analisar comparativa e descritivamente o comércio bilateral entre Brasil e China no período recente, abrangendo o contexto mundial e interno, o crescimento sob a ótica da exportação e as variáveis macroeconômicas. Ao longo dos anos 2000, o notável crescimento dos países em desenvolvimento nutriu uma expectativa em torno desses, sobretudo os BRICS, e em especial a China e o Brasil, tudo isso dentro de uma conjuntura marcada por um cenário favorável da economia mundial, boa liquidez e boom das commodities. Esse último talvez seja um dos eventos que estreitou os laços comerciais entre os dois países citados, uma vez que se alavancou as exportações brasileiras de produtos primários ante uma necessidade de industrialização chinesa que demandava dessas commodities. Com a mudança do cenário positivo para uma situação conturbada da situação política/fiscal brasileira, desaceleração do crescimento mundial e Guerra Comercial entre os Estados Unidos e a China, os maiores parceiros comerciais do Brasil, busca-se compreender o panorama atual lançando mão de uma perspectiva para o futuro.

Palavras-chave: Comércio Bilateral; Brasil; China; Exportações; Crescimento; Variáveis Macroeconômicas; Guerra Comercial.

Abstract

This work has the objective to analyze, compare and describe the bilateral trade between Brazil and China in the recent time, embracing the worldwide and internal context, the growth under the exportation view and the macroeconomic variables. Throughout the 2000's, the noticeable growth of development countries feed expectation among them, mainly the BRICS, and especially China and Brazil all within a conjuncture of favorable situation of the world economy, good liquidity and commodities boom. The last is maybe one of the events that strengthen ties between the two mentioned countries, once it increased the Brazilian exportations of primary products towards a need of Chinese industrialization that demanded these commodities. With the recent change of the positive situation to a troubled Brazilian politics/fiscal condition, deacceleration of world's growth and Trade War between the United States and China, Brazilian's biggest trade partners, this work tries to understand the current situation with a perspective view towards the future.

Keywords: Bilateral Trade; Brazil; China; Exportations; Growth; Macroeconomic Variables; Trade War.

SUMÁRIO

1. Introdução	8
2. Contexto Global e Interno.....	10
2.1. Situação no Mundo	10
2.2.1. Contexto Brasileiro	13
2.1.2. Política Econômica	15
3. Barreira Tarifária	20
4. O Comércio Bilateral	23
5. Crescimento, Exportação e Variáveis Macroeconômicas.....	27
5.1. Crescimento e Exportação	27
5.2. Câmbio e Juros	31
6. Considerações Finais.....	38
Referências Bibliográficas	40

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráficos

Gráfico 1 – Evolução da taxa de crescimento do PIB mundial, China e Brasil de 2009 a 2017 (em %)	11
Gráfico 2 – Evolução do mercado de ações da bolsa de Hong Kong, Estados Unidos e da China desde o início da Guerra Comercial em 2018 (em %)	12
Gráfico 3 – Evolução do PIB brasileiro a preço de mercado (em %)	15
Gráfico 4 – Brasil: Abertura ao comércio e o ln do PIB per capita (em %)	20
Gráfico 5 – China: Abertura ao comércio e o ln do PIB per capita (em %)	20
Gráfico 6 – Tarifas chinesas sobre grupo de produtos de importação, exceto produtos agrícolas e combustíveis de 2009 a 2017 (em %)	21
Gráfico 7 – Tarifas brasileiras sobre grupo de produtos de importação ao longo dos anos, exceto produtos agrícolas e combustíveis 2009 – 2017 (em %)	22
Gráfico 8 – Balança comercial Brasil - China de 2009 a 2018 (em US\$ FOB)	26
Gráfico 9 – Exportação totais e de manufaturados da China (em US\$)	29
Gráfico 10 – Produto interno bruto da China (em US\$)	30
Gráfico 11 – Exportações brasileiras (em US\$)	33
Gráfico 12 – Taxa de câmbio efetiva real INPC exportações (em %)	33
Gráfico 13 – Taxa de juros overnight Selic de 2009 a 2017 (em %)	37

Tabelas

Tabela 1 – Exportações brasileiras para a China dividido por grupo de produtos de 2009 a 2018 (em %)	24
Tabela 2 – Importações brasileiras da China dividido por grupo de produtos – 2009 a 2018 (em %)	25
Tabela 3 – Leis principais de Kaldor	28

1. Introdução

No começo dos anos 2000 nutria-se bastante expectativa em torno dos países em desenvolvimento, sobretudo os BRICS¹, e em especial a China e o Brasil, tudo isso dentro de um contexto marcado por um cenário favorável da economia mundial, boa liquidez e o boom das commodities. Esse último talvez seja um dos eventos que estreitou os laços comerciais entre os dois países citados, uma vez que se alavancou as exportações brasileiras de produtos primários ante uma necessidade de industrialização chinesa que demandava dessas commodities.

Ao longo dos anos 2000 a relação econômica entre esses dois países estudados aumentou no sentido do comércio de exportações e importações ao passo que o crescimento de ambos também se expandiu de forma notável, contribuindo numa conexão bilateral que se manteve crescente.

Quando falamos de crescimento é importante associá-lo a fatores endógenos e exógenos, como a própria demanda e oferta dos agentes econômicos, o contexto global e interno, as políticas econômicas e as variáveis macroeconômicas.

O presente estudo tem a sua importância uma vez que analisa a importância da China, o maior parceiro econômico atual do Brasil, no desempenho desse sob uma ótica que enfatiza a relevância das exportações para o crescimento dos países. Principalmente num contexto conturbado para a situação política/fiscal brasileira, e diante de acontecimentos importantes no cenário mundial como a própria desaceleração do crescimento desse e da China, seguido por uma Guerra Comercial travada entre as maiores potências econômicas do mundo, os Estados Unidos e a China, que também são os maiores parceiros comerciais do Brasil.

Ao mesmo tempo que o conjunto de contexto marcado por diversos eventos externos e internos provoca variadas reações econômicas para o nosso país, as variáveis macroeconômicas também alteram o desempenho do seu crescimento e

¹ Grupo de países em desenvolvimento para organização do seu poder geopolítico diante do seu crescimento econômico, os membros são compostos pelo Brasil, a Rússia, a Índia, a China e a África do Sul.

exportação. Sendo as variáveis câmbio e o juros sensíveis ao contexto global e interno à medida que as políticas econômicas escolhidas também conseguem influenciá-las.

Dado que os diversos fatores endógenos e exógenos afetam o desempenho do crescimento, o estudo busca compreender tais elementos no contexto recente de forma descritiva e comparativa, salientando os pontos do comércio bilateral entre o Brasil e a China.

O trabalho é dividido em seis seções incluindo essa introdução, além das Referências Bibliográficas. A seção depois da introdução traz informações sobre o contexto global e interno, focalizando no contexto brasileiro e suas políticas econômicas do período. A terceira seção informa e analisa as questões das tarifas de importação dos países, seguido pelo comércio bilateral. A penúltima busca compreender o crescimento sob a ótica da exportação e a outra subseção aborda as variáveis econômicas. Por fim, nas Considerações Finais são trazidas alguns dos pontos mais importantes da presente análise com um olhar para a perspectiva futura da situação brasileira e seu comércio bilateral com a China.

2. Contexto Global e Interno

2.1. Situação no Mundo

Como o período estudado é compreendido entre 2009 até 2018, seu contexto é marcado por uma época pós crise financeira de 2008², essa que teve um efeito agudo e rápido no Brasil; houve saída de capitais estrangeiros na bolsa, redução de oferta de crédito externo aos bancos e firmas instaladas no Brasil, aumento de remessa de lucro ao exterior, retração do mercado de crédito e diminuição da liquidez interbancária.

Contudo, de forma geral o Brasil conseguiu evitar efeitos mais graves da crise dos Lehman Brothers, recuperando a sua economia já no segundo semestre de 2009, um fator positivo externo foi a própria retomada da economia chinesa no mesmo ano e logo após, a recuperação da economia mundial. O caráter positivo da retomada e a onda de fluxos de capitais, bem como a diferença das taxas de juros internas e externas, contribuíram para uma apreciação do câmbio, na época, a mais forte dentre as economias emergentes. (Paula e Pires, 2017)

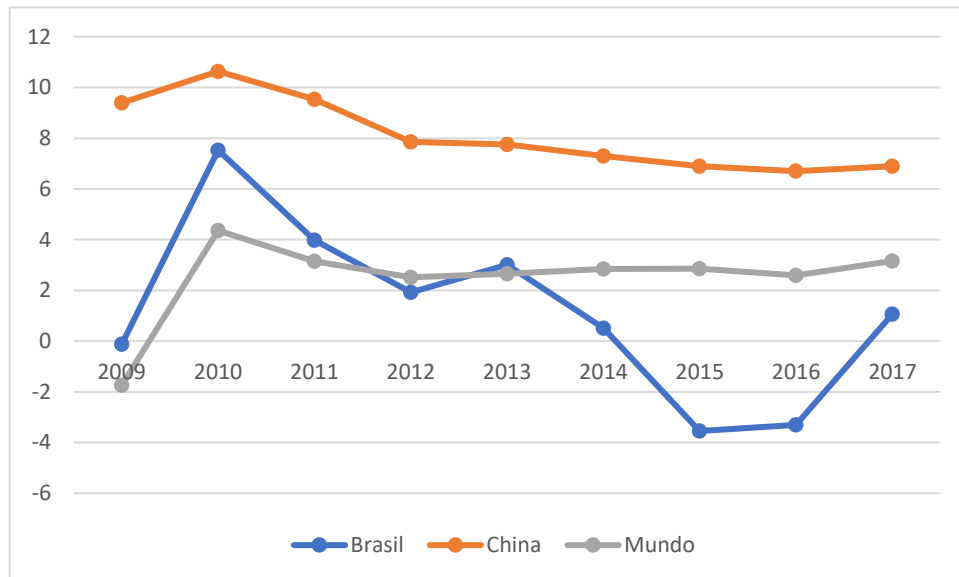
Diversos outros eventos econômicos também ocorreram no período analisado, como por exemplo, a Crise do Euro, que também foi procedido pelos impactos da crise financeira, a própria desaceleração da economia mundial e o do crescimento chinês depois de 2010, após uma recuperação em 2009. Além dessas, a evolução da dívida estadunidense, a baixa demanda europeia e a queda no boom das commodities também contribuíram para um desempenho mais acanhado do PIB mundial e principalmente do cenário brasileiro.

De acordo com o gráfico extraído dos dados do World Bank abaixo, logo nota-se que o crescimento do PIB brasileiro acompanha de forma valorosa o crescimento mundial como o chinês ao longo dos anos, em especial o ano de 2010. No entanto, quando esses experimentam uma queda no crescimento em 2012, o Brasil acompanha de forma ainda mais acentuada esse declínio, tendo no ano seguinte um leve crescimento, procedido por uma crise que reduziu vertiginosamente seu

² Crise financeira bancária cometida inicialmente pela falência do tradicional banco estadunidense Lehman Brothers

crescimento perante uma desaceleração mais constante da economia mundial e chinesa, que se manteve constante e esticou um leve crescimento em direção ao ano de 2017.

Gráfico 1 – Evolução da taxa de crescimento do PIB mundial, China e Brasil de 2009 a 2017 (em %)



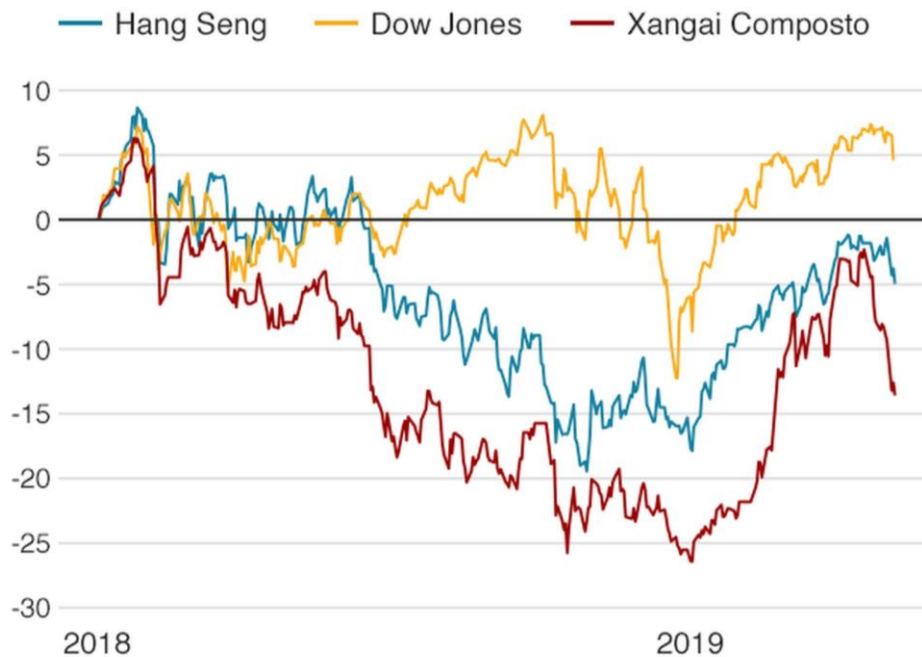
Fonte: Elaboração própria com base nos dados da World Bank.

Por se tratar de um evento recente e com poucos estudos sobre as suas consequências, a Guerra Comercial iniciada pelos Estados Unidos à China, em 2018, possui efeitos incertos e grandes impactos já sentidos pelos diversos mercados financeiros mundiais, uma vez que se trata das duas maiores economias do mundo, como pode ser observado no gráfico 2.

O governo dos Estados Unidos acusa³ a China pela competição desleal que as multinacionais enfrentam ao adentrar no mercado chinês, tendo em vista o grande número de estatais que são subsidiadas pelo Estado exercendo a mesma atividade e até mesmo casos de quebra de patentes por parte delas, não respeitando os acordos internacionais estabelecidos previamente.

³ É possível verificar a insatisfação americana quanto as práticas chinesas no mercado em diversos anúncios e comunicados, amplamente divulgado aos seus porta-vozes e telejornais do mundo inteiro.

Gráfico 2 – Evolução do mercado de ações da bolsa de Hong Kong, Estados Unidos e da China desde o início da Guerra Comercial em 2018 (em %)



Fonte: Elaboração BBC com base nos dados da Bloomberg.

O déficit comercial americano⁴ com a China disparou desde a entrada dessa na OMC em 2001, causando uma imposição de tarifas por parte do governo estadunidense de mais de US\$250 bilhões em diversos produtos chineses.

Pelo fato de serem as duas maiores economias do mundo, a Guerra Comercial travada contribui para um cenário de imprevisibilidade e desaceleração no crescimento mundial, uma vez que ambos constituem mais de 40% do PIB mundial segundo dados da UNCTAD/UN para o ano de 2017.

Todavia, os impactos da Guerra Comercial não são só negativos, no curto prazo o Brasil poderá aproveitar as imposições tarifárias da China sobre os produtos alimentícios norte americanos para alavancar as suas exportações de alimentos no comércio bilateral, uma vez que é o terceiro maior exportador agrícola do mundo⁵.

⁴ Diferença entre as exportações e importações, que no caso americano chegou a US\$ 419 bilhões no ano de 2018, segundo dados do Censo dos Estados Unidos.

⁵ Segundo dados da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura.

Ademais, segundo a UNCTAD (2019), o Brasil deve aumentar suas exportações em 3,8% nesse contexto, em grande parte por causa das tarifas estadunidenses sobre o país asiático, podendo aproveitar o mercado de soja já que é o principal fornecedor da China. Contudo, os produtores de soja brasileiros estão relutantes em investir ou não por causa da incerteza do contínuo da Guerra. Concomitantemente, as empresas brasileiras que utilizam soja como insumo podem perder competitividade no mercado uma vez que a demanda chinesa pela soja brasileira pode causar um aumento em seu preço. Nas palavras da instituição:

The soybean market is a case in point. Chinese tariffs on US soybeans have resulted in trade distortionary effects to the advantage of several exporting countries, in particular Brazil, which suddenly became the main supplier of soybeans to China. But because the magnitude and duration of tariffs is unclear, Brazilian producers have been reluctant to make investment decisions that may turn out to be unprofitable if the tariffs are revoked. Moreover, Brazilian firms operating in sectors using soybeans as inputs – such as livestock feed — are bound to lose competitiveness because of price rises stoked by Chinese demand for Brazilian soybeans. (UNCTAD, 2019)

2.2.1. Contexto Brasileiro

No intervalo analisado (2009-2018) foram observadas diversas complicações políticas no cenário brasileiro tais como o processo de impeachment da ex-presidente Dilma Roussef, prisões de políticos de alto escalão e empresários associados a crimes de corrupção, revelados pela famosa operação Lava Jato⁶, como o ex-deputado federal Eduardo Cunha, o ex-presidente Lula e o ex-presidente da maior construtora privada do país Marcelo Odebrecht, culminando em instabilidades que influíram para o campo econômico, que já estava apresentando uma piora no desempenho frente as políticas econômicas que discutiremos na próxima seção, afetando a confiabilidade de investidores, principalmente num momento que o crescimento econômico brasileiro estava experimentando um período de expansão até 2013, procedido por uma crise política e econômica, resultando finalmente na recessão.

⁶ A lava jato é uma grande operação da Polícia Federal do Brasil que investiga os mais diversos crimes de corrupção e teve seu início em 2014.

Segundo Pires (2016), uma das piores recessões brasileiras⁷ dos últimos tempos foi marcada por dois períodos, o primeiro diz respeito ao conjunto de políticas má feitas que não conseguiram sustentar e conduzir um crescimento que vinha acontecendo até 2011; e o segundo consistiu em diversos choques negativos, sendo as manifestações de Julho de 2013⁸ um exemplo de eclosão da insatisfação popular perante o governo vigente. Dentre os choques negativos, o autor cita o deterioramento dos termos de troca, a crise hídrica, o aumento da inflação, a retirada de investimentos da Petrobras e a depreciação da taxa de câmbio, esse último, apesar de ter sido analisado como uma variável benéfica para o quantum exportador do Brasil, no curto prazo possui um caráter contracionista uma vez que limita o acesso ao financiamento externo por parte das empresas, reduzindo a capacidade de saldar os altos encargos financeiros, tudo isso, contribuindo para uma redução, de forma geral, no investimento⁹. Não obstante, os diversos choques tiveram por sequência outros efeitos negativos que apenas aprofundaram a crise que só estava começando:

(...) Vários outros efeitos secundários aprofundaram a recessão como o aumento da taxa de juros, aumento do desemprego, a queda da renda, a contração do mercado de crédito e a redução dos investimentos públicos. (Pires, 2016)

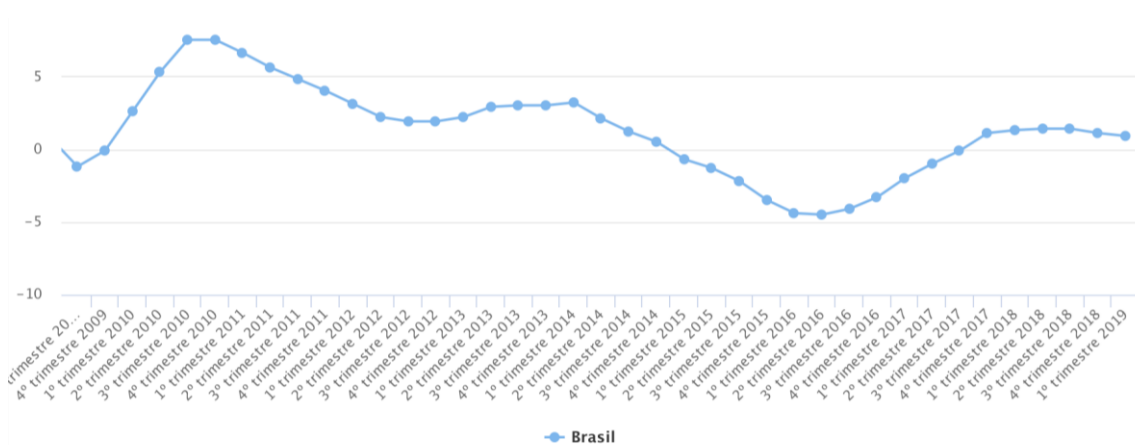
No gráfico abaixo podemos observar a evolução do PIB neste período, o crescimento estava se degradingolando até o final de 2010, chegando a desacelerar em 2011, uma das razões para isso é a própria desaceleração da economia chinesa, que teve como início em meados de 2010, afetando não apenas o Brasil, que por sua vez tem a China como maior parceiro comercial desde 2009¹⁰, como também todo o mercado internacional.

⁷ Em 2014, o PIB cresceu apenas 0,5%. Em 2015 e 2016 o PIB caiu 3,5%. Em 2017, finalmente cresceu apenas 1%.

⁸ Manifestação contra o aumento de tarifas do transporte público brasileiro.

⁹ Esses conceitos serão melhor abordados na seção de Crescimento, Exportação e Variáveis Macroeconômicas.

¹⁰ Será melhor abordado na seção de Comércio Bilateral.

Gráfico 3 – Evolução do PIB brasileiro a preço de mercado (em %)

Fonte: IBGE.

2.1.2. Política Econômica

A política econômica é uma das ferramentas essenciais do Estado para a manutenção e direcionamento de políticas monetárias, fiscais a fim de manter uma boa saúde econômica do país através de planejamento e ações que visam garantir suas as necessidades de acordo com o seu momento e situação.

No Brasil, como vimos na seção de Contexto Brasileiro, vivenciou-se diversos momentos marcados por políticas e choques que precederam a sua crise política e econômica e recessão, tais fatos foram também precedidos e sucedidos por diversas políticas públicas e econômicas que, num primeiro momento, compeliram para que o crescimento experimentado até 2013 não se sustentasse, e num segundo momento, ações foram feitas a partir desta recessão, com o intuito de estabilizar novamente a situação do país, uma vez que os próprios choques negativos contaminaram as políticas econômicas, e a sua recuperação dependia e depende destes instrumentos clássicos. (Pires, 2016)

Na citação abaixo, o autor mencionado relembra as diversas políticas aplicadas do período anterior ao declínio do crescimento econômico brasileiro:

Parte importante desses choques se refere à reversão de algumas políticas aplicadas entre 2012 e 2013 que não podiam ser continuadas, como o necessário realinhamento de preços monitorados, a revisão parcial das desonerações tributárias (por exemplo, desoneração da folha e a cide) e a redução de subsídios fiscais e parafiscais tais como o fim das transferências para a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), aumento da TJLP e o fim do Programa de Sustentação do Investimento no BNDES e da redução do crédito público. (Pires, 2016)

Além dos problemas citados, estão inclusos nos variados choques, a deterioração dos termos de troca, crise hídrica, investimentos demasiados e depois desinvestimentos na estatal Petrobras e depreciação do câmbio. No que tange a inflação, chegou-se a atingir 10,7%, segundo o IPCA, levando o Banco Central, numa tentativa de controlá-la, a aumentar a taxa de juros até 14,25%, afetando também, as expectativas no setor privado uma vez que, elevou-se o custo de capital na esfera privada. Logo, a política fiscal mostra-se uma ferramenta importante, no referido momento, para não só estabilizar a dívida e expectativa de juros, como para permitir que no curto prazo ele também seja expansionista a fim de não aprofundar a recessão.

Para Barbosa Filho (2017), um dos principais fatores que fizeram culminar na recessão, além dos choques negativos mencionados acima, que em seu artigo o descreve como choques de oferta e demanda, foram a Nova Matriz Econômica (NME), a crise de sustentabilidade da dívida pública interna de 2015 e o populismo tarifário. No caso da Nova Matriz Econômica, o autor a retrata como sendo uma forte intervenção estatal que reduziu as taxas de juros, aumentou-se os investimentos sem de fato aumentar a produtividade, elevou-se os gastos do governo, o fornecimento de subsídios e o controle de preços. De fato, o aumento de investimentos por meio do BNDES que tinha como objetivo alavancar os principais setores estratégicos do país foi bastante significativo: a prática de subsídios e controle de preço foi utilizada para proteger as indústrias “estratégicas” escolhidas.

O caso da Petrobras e suas consequências na produtividade total dos fatores, bem como o exagerado aporte dado por parte do governo pode ser visto a seguir:

A Petrobras era outro instrumento importante nessa política de desenvolvimento de setores "estratégicos". A empresa passou a ser responsável por um ambicioso plano de investimento em exploração e produção (pré-sal) e na área de refino. Resultado dessa estratégia foi uma elevação substancial da importância da Petrobras que chegou a representar

10% de todo o investimento do país. Parte da estratégia de ampliar a importância da Petrobras englobou a mudança do bem-sucedido marco regulatório do petróleo. Substituiu-se o sistema de concessão pelo sistema de partilha das áreas do pré-sal. O objetivo era utilizar o petróleo para estimular a construção de uma indústria petrolífera de máquinas e equipamentos nacional. Nesse sentido, foram estimuladas a criação de empresas e a reestruturação de estaleiros. No entanto, essa política não apresentou os resultados esperados. Essa política utilizou recursos públicos de forma exagerada e ocasionou em elevação da taxa de investimento doméstica no período. No entanto, a elevação do investimento não veio acompanhada de crescimento econômico, mas sim de redução da produtividade total dos fatores (PTF), reduzindo a capacidade de crescimento da economia no período. (Barbosa Filho, 2017)

Ainda segundo o autor citado, o controle de preços prejudicou o endividamento de empresas energéticas como a própria Petrobras, uma vez que se vendia a gasolina por um preço doméstico menor do que o internacional, além desse controle de preço e o investimento inserido, a produtividade não seguiu o mesmo ritmo crescente. Como a dívida aumentou e o caixa reduziu, a captação de recursos por outras fontes também foi afetada pelo fator risco da empresa ser maior. Algumas dessas dificuldades também foram sentidas por outras empresas energéticas, como o elétrico e o de água, além disso, a liberação dos preços em 2015 gerou outro choque negativo pois o realinhamento dos preços já se fazia necessário e não se podia postergá-lo. Por fim, o Banco Central elevou os juros para controlar a inflação crescente do período.

Como podemos observar, assim como descrito inicialmente, o conjunto de choques negativo, uma política econômica insustentável, investimentos com má direcionamentos como o fato de 10% do total de investimento ser encaminhado a uma única empresa, além das diversas intervenções governamentais diretas na situação de mercado como a venda de preço doméstico a níveis diferentes da economia internacional, deram caráter as dificuldades dos desafios a serem enfrentados, seja pelos diversos agentes econômicos e pelo próprio governo.

Dado que as políticas econômicas vistas direcionaram o país rumo a um crescimento sem a continuidade esperada e um cenário de recessão, com o intuito de solucionar esses problemas, surge um impulso para políticas mais extremas e impopulares como a própria PEC dos gastos, apresentada em 2016, com bastante resistência popular e amplamente veiculada pela mídia, trazendo à tona discussões importantes sobre a situação fiscal do país, bem como interpretações antagônicas sobre o referido tema, levando também a uma intensificação no processo de

bipolarização partidária do país, dividindo e acalorando as discussões que viriam a ser palco novamente nas eleições presidenciais de 2018.

Outra visão antagônica do assunto é comentada por Paula e Pires (2017), e sugere que alguns economistas sustentam a ideia de que a própria persistência da recessão está ligada a própria política contracionista adotada posteriormente em 2015 e 2016, chamada de, como o próprio nome propõe, austeras ou “austericídio”. Os autores afirmam que o conjunto de decisões também foi reduzido uma vez que os problemas macroeconômicos de inflação, juros, depreciação da taxa de câmbio e piora na situação fiscal não possuíam muitos horizontes de opções do ponto de vista da política econômica, ressaltando que, a melhor opção será aquela que conciliar o melhor impacto no curto e longo prazo.

No que tange o governo Dilma, adotou-se uma política mais contracionista num primeiro momento a fim de reduzir a demanda agregada e conter a inflação, sem contar que o seu início também foi marcado por uma situação desfavorável no contexto internacional: a crise do Euro, a fraca recuperação estadunidense e a desaceleração dos países emergentes, do PIB mundial e do chinês. Num segundo momento, como a economia estava tendo um bom desempenho fiscal já no primeiro semestre de 2011, adotou-se a isenção fiscal para alguns setores e redução de IPI para bens de capital. No segundo semestre de 2012 ampliou-se a desoneração da folha de pagamentos para outros setores, a redução de IPI de alguns bens duráveis, a redução no IOF e postergação do recolhimento do PIS. Essas medidas de incentivos fiscais seguiram-se em 2013, no entanto, já se percebia a necessidade de um ajuste fiscal, de modo que se elevou os juros da SELIC a 10%. Por fim, em 2014, notou-se a deterioração fiscal advindas da queda das receitas tributárias e da alta dos juros, mudando o cenário para um contexto já mais restritivo. (Paula e Pires, 2017)

O bom desempenho fiscal no primeiro semestre de 2011 pode ter levado a uma série de más decisões expansionistas que não tiveram um bom resultado fiscal, sentidos logo em 2013, ao qual necessitou-se de uma alteração em sua continuidade de incentivos, desonerações e outros impostos de arrecadação.

A desaceleração de economias externas – em principal da economia chinesa - conseguiram, também, de certa forma, afetar a saúde fiscal do Brasil, uma vez que o crescimento nacional também se conteve, frente à uma redução na arrecadação,

contribuindo, para mais tarde em 2014, um cenário indicativo de recessão – baixo crescimento ou negativo nos anos seguintes, uma dificuldade de recuperação e uma má situação fiscal.

Ainda sobre os choques, temos o entendimento do que as decisões de controle de preços e o realinhamento causaram, contudo podemos apontar alguns pontos positivos que foram mantidos, como por exemplo, a continuação dos programas sociais que alavancaram a inclusão e reduziram a situação de pobreza no país, como pode ser visto a seguir:

Houve aumento substancial dos preços dos alimentos em 2012 e forte depreciação cambial em 2012 e 2013. Porém, apesar desses choques adversos, também há evidências de que a desaceleração do PIB tem causas internas. Nos últimos anos, houve queda da rentabilidade esperada em investimentos de longo prazo, aumento da incerteza macroeconômica sobre a evolução da taxa de juros e da política fiscal, desaceleração da oferta de crédito livre e redução da taxa de crescimento dos salários reais. Do lado positivo, a taxa de desemprego caiu e o processo de inclusão social continuou, com redução da pobreza e diminuição da desigualdade da distribuição de renda, mesmo num contexto de crescimento mais lento da economia. (Barbosa Filho, 2015)

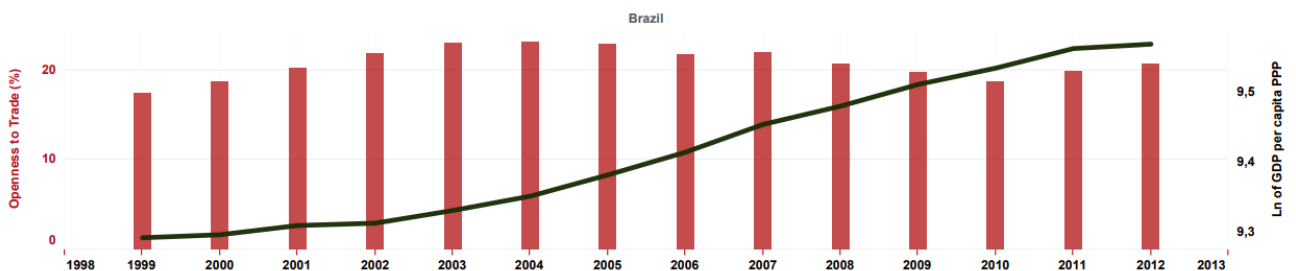
O autor citado também conclui que o governo brasileiro tem tido disposição para ser um “Estado Desenvolvimentista” com os demasiados incentivos fiscais, como também um “Estado do Bem-Estar Social” com os diversos serviços públicos universais e políticas sociais assistencialistas, e também propõe-se a ser um “Estado Intervencionista” que controla os preços de bens e absorvendo os custos para si. Logo, percebe-se que há uma incompatibilidade em adotar todas essas facetas do Estado de forma plena sem comprometer a estabilidade fiscal, necessária para o crescimento e confiabilidade, tanto pública como investidores privados. Por fim, segundo as demandas populares, há um desejo em continuar mantendo um Estado de Bem-Estar Social e um Estado Desenvolvimentista alinhado com a realidade econômica e fiscal do país, e uma resistência quanto o controle de preço, logo o Estado Intervencionista é menos quista pela população.

3. Barreira Tarifária

As barreiras tarifárias fazem parte do comércio internacional entre os países no sentido de influenciar o preço dos produtos importados e exportados, sejam eles de qualquer tipo, através dos variados impostos e alíquotas a fim de estimular ou desestimular a entrada de determinado produto. Com o intuito de fortalecer o comércio globalizado ou bilateral com dado país, ou mesmo, proteger a indústria nacional, os países adotam as mais diversas barreiras tarifárias.

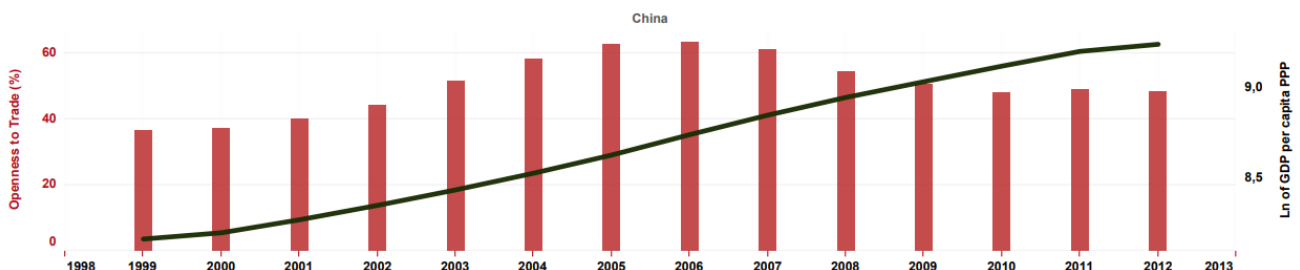
No caso do Brasil e China, podemos notar que no quesito “Abertura ao Comércio”¹¹, apesar de ambos possuírem o PIB per capita semelhantes, há uma disparidade quanto a média de abertura ao comércio uma vez que essa abertura está correlacionada a quantidade de exportações e importações em relação ao PIB, e que podem ser influenciadas pelo nível de barreira tarifária impostas pelos países. Como pode ser visto nos gráficos a seguir:

Gráfico 4 – Brasil: Abertura ao comércio e o Ln do PIB per capita (em %)



Fonte: World Integrated Solutions/World Bank.

Gráfico 5 – China: Abertura ao comércio e o Ln do PIB per capita (em %)



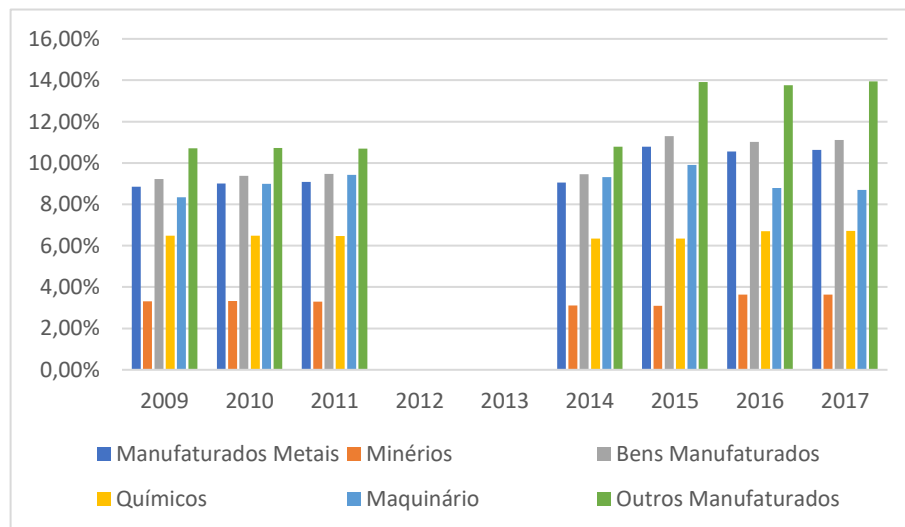
Fonte: World Integrated Solutions/World Bank.

¹¹ O World Integrated Trade Solution/World Bank determina o termo como sendo a relação entre a soma das exportações e importações e o total do PIB do país.

A China possui uma relação de abertura ao mercado de mais de 50% aos longos dos anos retratados no gráfico, atingindo o pico no ano de 2006 em mais de 60%. O aumento a partir de 2001 pode estar relacionado à entrada do país na OMC, ao qual se pactuou-se a reduzir barreiras tarifárias e protecionistas, revogando diversas regulações de forma gradativa (Mortatti, Miranda, Bacchi; 2011), mostrando que as suas exportações e importações fazem parte considerável do seu Produto Interno Bruto.

Quanto as barreiras tarifárias chinesas, a maior parte das tarifas incidem principalmente sobre os produtos Manufaturados (metais, bens e outros tipos), tendo uma média de mais de 10% até 2011 e evoluindo a partir de 2015 para quase 14%, observaremos melhor adiante na seção de Crescimento e Exportação a importância deste setor manufatureiro na questão da exportação chinesa (seu produto mais exportado). No que se refere os outros produtos, temos os Maquinários, que possui tarifas semelhantes aos Manufaturados Metais, seguido pelos produtos Químicos que se manteve constante ao longo dos anos, e por fim o produto menos tarifado que são os Minérios, como pode ser visto a seguir:

Gráfico 6 – Tarifas chinesas sobre grupo de produtos de importação, exceto produtos agrícolas e combustíveis de 2009 a 2017 (em %)

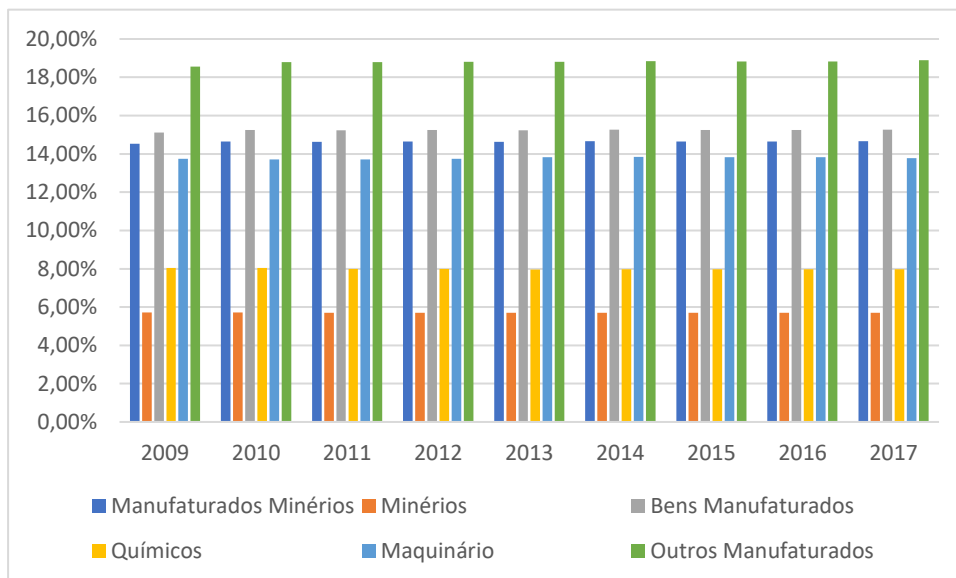


Fonte: Elaboração própria com base nos dados da UNCTAD/United Nations.

Historicamente, as taxas tarifárias chinesas eram mais altas ao longo dos anos 90, mas como mencionado anteriormente, sua entrada à OMC permitiu que houvesse uma involução a partir dos anos 2000, permanecendo até 2014, período que o mercado mundial estava experimentando uma tendência a medidas protecionistas de forma geral, principalmente nos países desenvolvidos como o próprio Estados Unidos.

No que se refere as tarifas brasileiras abaixo, nota-se uma taxa mais elevada comparada a situação chinesa, com uma constância nas tarifas de Outros Manufaturados em mais de 18% ao longo dos anos, seguido por Bens Manufaturados, Manufaturados Minérios, Maquinário, Químicos com 15%, 14,25%, 13,9% e 8% respectivamente. Por fim, os minérios possuem as menores tarifas com menos de 6%, isso pode ser explicado pelos acordos bilaterais que o Brasil estabelece, uma vez que possui perfil exportador de produtos primários, contribuindo para que as tarifas nos acordos entre os países também sejam menores.

Gráfico 7 – Tarifas brasileiras sobre grupo de produtos de importação ao longo dos anos, exceto produtos agrícolas e combustíveis 2009 – 2017 (em %)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da UNCTAD/United Nations.

4. O Comércio Bilateral

A boa relação entre os países é definida na maior parte dos casos por um viés econômico, ou seja, se as vantagens de um dado comércio bilateral são crescentes e duradouras, a parceria comercial tende e deve continuar como uma forma de alavancar as exportações de ambos os países, ou mesmo as importações, a fim de oferecer para os seus consumidores internos preços melhores e maior qualidade de produtos, e/ou melhorar a sua situação na balança de pagamentos, assim como veremos na seção de Crescimento e Exportação.

O comércio bilateral entre Brasil e China possui laços que remontam da década de 50, quando a República da China foi estabelecida, no entanto, até a década de 90 as relações econômicas entre os dois países eram bastante modestas. Após esse período, o comércio se intensificou e a China escalou para ser o terceiro maior parceiro comercial em 2002, o segundo maior em 2008, ultrapassando a Argentina, e no ano seguinte, ultrapassa os Estados Unidos para ser o maior parceiro comercial do Brasil. (Mortatti; Miranda; Bacchi, 2011)

Trabalhos como o de Mortatti, Miranda e Bacchi (2011) e de Feistel e Hidalgo (2012) apontam que há uma evolução da exportação de produtos brasileiros primários para a China frente a uma importação de bens industrializados e manufaturados. Essa evolução na pauta exportadora do comércio bilateral pode significar uma desindustrialização por parte do Brasil ante uma industrialização chinesa, e a relação afirmada pelos autores pode ser observadas no ano de 2009 a 2018, segundo os dados do MDIC, como pode ser visto na tabela 1.

Os dados abaixo nos mostram que as exportações brasileiras de produtos primários para a China se manteve crescente ao longo dos anos de 2009 a 2018, sendo que a soma de Matérias em bruto e Combustíveis Mineiras crescem de 81,35% em 2009 para 90,08% em 2018, e a quantidade exportada de Matérias em bruto decresce ao longo do tempo à medida que os Combustíveis Minerais aumentam, isso pode ser associado à política de incentivo e subsidio às indústrias energéticas discutidos na seção anterior de Política Econômica, uma vez que a quantidade em 2009 representava apenas 6,39% do total do quantum ante um valor de 22,57% já no ano de 2018. Quanto aos Manufaturados e Máquinas, produtos com maior

complexidade e valor agregado, ambos tiveram queda, de 8,43% em 2009 para 2,8% em 2018 e de 2,97% em 2009 para 0,68% em 2018, respectivamente.

Tabela 1 – Exportações brasileiras para a China dividido por grupo de produtos de 2009 a 2018 (em %)

Grupo de Produtos	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Matérias em bruto	74,96%	72,43%	75,11%	71,78%	77,49%	78,63%	70,47%	70,34%	72,28%	67,51%
Combustíveis	6,39%	13,18%	11,02%	11,73%	8,77%	8,55%	11,65%	11,14%	15,51%	22,57%
Minerais										
Alimentos e Animais Vivos	0,98%	2,85%	4,19%	4,43%	4,40%	3,89%	5,60%	7,78%	4,35%	4,77%
Manufaturados	8,43%	4,26%	3,37%	3,64%	4,49%	4,62%	5,87%	4,93%	3,37%	2,80%
Produtos Químicos	2,34%	1,09%	1,19%	1,37%	0,87%	1,03%	1,29%	1,06%	1,21%	0,97%
Máquinas	2,97%	2,33%	2,33%	3,37%	1,58%	1,34%	3,60%	3,08%	1,94%	0,68%
Óleos animais e vegetais	1,96%	2,59%	1,78%	2,34%	1,24%	0,91%	0,58%	0,63%	0,61%	0,35%
Bebidas e Tabaco	1,76%	1,12%	0,86%	1,16%	0,99%	0,82%	0,74%	0,80%	0,58%	0,26%
Obras diversas	0,17%	0,11%	0,10%	0,10%	0,10%	0,14%	0,13%	0,18%	0,12%	0,08%
Outros	0,04%	0,04%	0,06%	0,08%	0,08%	0,07%	0,07%	0,05%	0,02%	0,01%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços – Governo Federal.

De acordo com a tabela 2, no que tange as importações brasileiras da China, observa-se que o grupo de produtos Máquinas, que possui um alto valor agregado, constitui mais de 50% da pauta importadora, sendo que esse número se manteve relativamente constante ao longo dos anos (55,9% em 2009 para 54,92% em 2018).

Os Produtos Químicos e Manufaturados fazem parte, respectivamente, do segundo e terceiro item mais importado da China para o Brasil em 2018, seguido por Obras diversas com 11,71% da pauta importadora deste ano. Os valores percentuais em relação ao total de importações se manteve relativamente constante ao longo do anos, mostrando que desde 2009 as importações brasileiras da China possui uma pauta com produtos majoritariamente de maior valor agregado, ou mais complexos (mais de 85% composto por Máquinas, Manufaturados e Produtos Químicos), ressaltando o que tem sido estudados pelos atores supracitados, como ser visto abaixo:

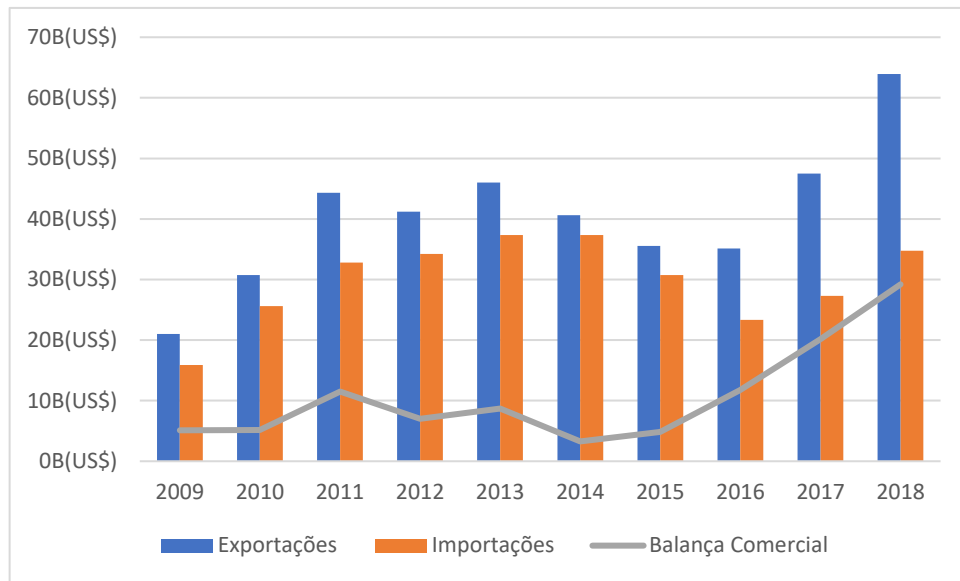
Tabela 2 – Importações brasileiras da China dividido por grupo de produtos – 2009 a 2018 (em %)

Grupo de Produtos	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Máquinas	55,90%	55,83%	55,00%	55,46%	54,85%	52,99%	51,96%	52,86%	51,48%	54,92%
Manufaturados	14,78%	18,98%	18,06%	17,52%	17,19%	18,60%	17,18%	15,22%	16,25%	14,90%
Produtos Químicos	11,06%	9,12%	10,56%	10,26%	11,74%	12,67%	13,18%	15,95%	15,85%	15,82%
Obras Diversas	15,85%	13,17%	12,96%	13,92%	13,32%	13,32%	14,43%	12,25%	13,05%	11,71%
Alimentos e Animais	1,16%	1,61%	1,66%	1,74%	2,03%	1,41%	1,68%	2,39%	1,63%	1,01%
Matérias em Bruto	0,55%	0,43%	0,52%	0,50%	0,56%	0,55%	0,67%	0,83%	0,89%	0,83%
Combustíveis Mineirais	0,67%	0,85%	1,24%	0,58%	0,30%	0,45%	0,88%	0,48%	0,84%	0,81%
Outros	0,01%	0,01%	0,00%	0,01%	0,02%	0,01%	0,01%	0,02%	0,02%	0,01%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços – Governo Federal.

Ainda que os estudos e dados mostrem que a pauta exportadora brasileira para a China seja composta por produtos primários, de baixo valor agregado e que a pauta importadora Brasil – China seja constituída por produtos mais industrializados e, naturalmente de maior valor agregado, isso não tem afetado a balança comercial superavitária do Brasil neste comércio bilateral (gráfico 8), pelo contrário, é possível verificar uma evolução no superávit dessa balança com picos em 2011 e 2013, uma queda nas exportações em 2014, provavelmente causado pela de recessão comentada na seção anterior de Contexto Brasileiro, e após esse período, nota-se um crescente superávit que se mantém até o último ano do período analisado (2018), sendo uma das causas prováveis a própria Guerra Comercial, que pode ter alavancado as exportações de alimentos, com um aumento de 10% de 2017 para 2018, conforme os dados da tabela 2.

A quantidade exportada do Brasil para a China supera a quantidade importada gerando superávits crescentes, como pode ser visto no gráfico a seguir:

Gráfico 8 – Balança comercial Brasil - China de 2009 a 2018 (em US\$ FOB)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços – Governo Federal.

5. Crescimento, Exportação e Variáveis Macroeconômicas

5.1. Crescimento e Exportação

A exportação é uma das variáveis muito abordadas nas questões de crescimento econômico dentro da literatura, autores como Thirwall (2005) e Oliveira (2018) colocam em evidência a força da indústria manufatureira para o impulsionamento do crescimento, seguindo também, a lógica setorial específica de Nicholas Kaldor, dando importância a particularidades dos diferentes ramos da econômica, como por exemplo, as diferenças entre os rendimentos crescentes das indústrias em detrimento de outras atividades como a agricultura, que possuem rendimentos decrescentes¹².

Quando um produto é exportado, entende-se que ele possui competitividade suficientemente acima da média do mercado interno seja pelas características definidas pela sua diferenciação e qualidade, ou o seu preço, além de outras variáveis macroeconômicas e vantagens comparativas. Além disso, o desempenho exercido nas exportações pode moldar e apresentar de fato a estrutura produtiva do país, por exemplo, se uma nação possui uma pauta exportadora forte em commodities e manufaturas, provavelmente a sua estrutura produtiva destes produtos no mercado interno é também bastante competitiva. (Nakabashi; Cruz; Scatolin, 2008)

Sob a ótica de Thirwall, diversos trabalhos empíricos deram embasamento as Leis principais de Kaldor explanadas na tabela 3, sendo elas aplicadas em diferentes regiões de um mesmo país, em desenvolvimento ou desenvolvido, sustentando a força da indústria manufatureira no crescimento de um país.

Nestas Leis descritas abaixo, o foco está sob o setor manufatureiro, no entanto, segundo Thirwall, é importante equilibrar-se com outros setores, ainda que o manufatureiro tenha um grande potencial, balancear uma pauta mais diversificada pode ser vantajoso à medida que sofrerá menos num caso de choque exógeno negativo, como uma baixa na renda externa que pode afetar os mercados manufatureiros que competem via preço, por exemplo. Logo, o equilíbrio pode ser

¹² Para uma abordagem mais profunda do tema, consultar Oliveira (2018).

apropriado no sentido de manter a balança de pagamentos sem maiores complicações e por conseguintes restrições para o investimento.

Tabela 3 – Leis principais de Kaldor

Leis principais de Kaldor		
Primeira Lei	Segunda lei (Lei de Verdoorn)	Terceira Lei
		Forte relação causal
Forte relação causal entre crescimento da produção manufatureira e crescimento do PIB	Forte relação causal entre crescimento da produção manufatureira e aumento da produtividade no setor	positiva entre a velocidade de expansão do setor manufatureiro e o aumento da produtividade de outros setores

Fonte: Elaboração própria com base nos textos de Thirwall.

Pela perspectiva de Oliveira (2018) e traçando uma relação com a China, por se tratar de um país em desenvolvimento, o mesmo também experimentou uma expansão no setor industrial em detrimento do agrícola, essa transferência de força de trabalho do setor primário para a indústria manufatureira induz um aumento da massa salarial na esfera industrial, ampliando também a sua demanda interna. Uma vez que se esgota as condições de crescimento por meio da expansão do mercado interno, o próximo passo será a elevação da produtividade do trabalho do setor industrial até que se atinja o mesmo patamar alcançado anteriormente pelo setor primário (agrícola), exaurindo o excesso de trabalhadores, e então por fim completar o processo de desenvolvimento para sustentar um cenário de crescimento “liderado pelas exportações” causado pela demanda, característico de países desenvolvidos. Nas palavras do autor:

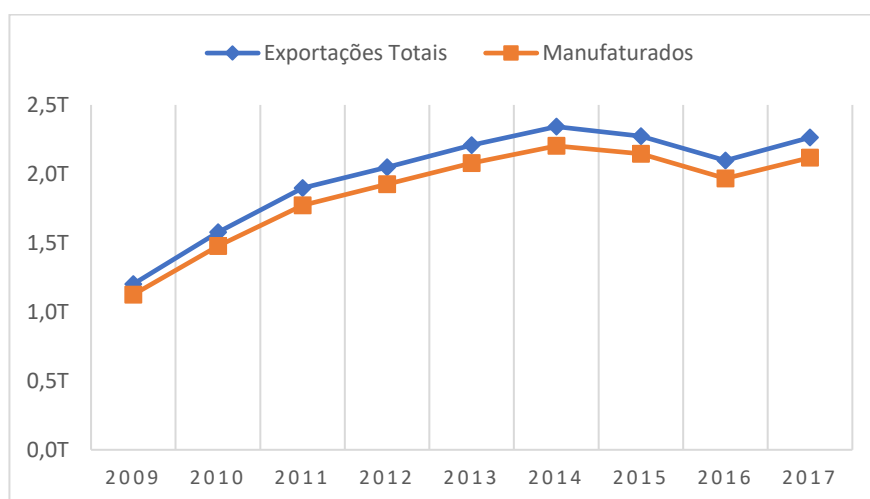
O ponto no qual o país atinge a “maturidade econômica” (Kaldor, 1966 p.281) é quando já se completou seu processo de industrialização, diversificando esse setor com empresas produtoras de bens de consumo não duráveis até bens de capital, e o país alcança uma produtividade do trabalho idêntica no

setor industrial e primário (...) Para os países que completam seu processo de desenvolvimento (...) O crescimento dos países desenvolvidos será “liderado pelas exportações”. (Oliveira, 2018)

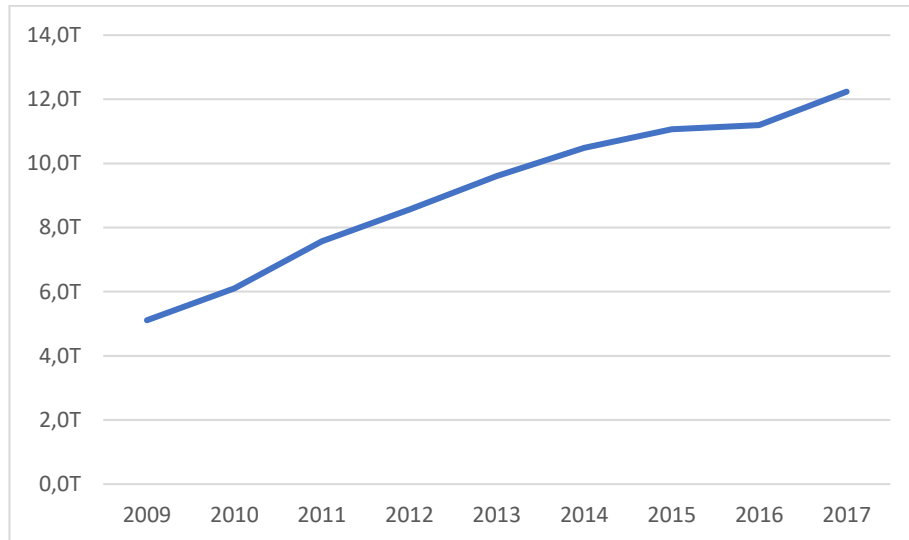
De acordo com Medeiros e Serrano (2001) as exportações são fundamentais para financiar investimentos e relaxar a situação na restrição externa; os autores abordam um curioso brasileiro, que aconteceu na década de 80 no Brasil, o qual se presenciou uma rápida expansão de exportações ao mesmo tempo que havia um baixo crescimento econômico, acometido pela existência de uma severa restrição na balança de pagamentos.

Dados empíricos mostram, de acordo com Thirwall (2005), que há forte ligação entre o crescimento das exportações e a produção, não obstante, o aumento da produção é a variável que mais se correlaciona com o aumento da exportação dentro das equações de crescimento. O autor ressalta que o crescimento das exportações gera um ciclo virtuoso, uma vez que estimula a demanda agregada, atentando para o fato de que em países em desenvolvimento, como é o caso da China e principalmente do Brasil, as restrições ao crescimento desta demanda é a própria restrição da balança de pagamento ou a escassez das divisas. Com a exportação, no entanto, tanto a demanda quanto a balança de pagamento podem se apropriar de suas vantagens, seja pelo estímulo como pela folga com os superávits.

Gráfico 9 – Exportação totais e de manufaturados da China (em US\$)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados da World Integrated Trade Solutions/World Bank.

Gráfico 10 – Produto interno bruto da China (em US\$)

Fonte: Elaboração própria com base nos dados da World Integrated Trade Solutions/World Bank.

Nos gráficos acima, identifica-se, quase que espontaneamente, uma relação muito próxima entre as Exportações Totais e as Exportações de Manufaturas na China, ademais, ao mesmo tempo que ambos sofrem um choque negativo no meio de 2016, o mesmo é percebido posteriormente na Produção Interna Bruta desse país, assim como seu auge de Exportações Totais como Manufatureiras em 2014, é percebida mais tarde em 2015 no PIB. Esse fenômeno pode ser explicado pela relação pro-cíclica antecipada de acordo com a literatura macroeconômica, na qual uma variável afeta na outra num dado momento, podendo ser antes ou após.

No que se refere a relação supracitada muito próxima entre as exportações chinesas, ela ocorre pelo fato das exportações manufatureiras corresponderem a mais de 90% da pauta exportadora chinesa de acordo com dados da World Integrated Trade Solutions/World Bank, fazendo com que qualquer alta ou baixa seja sentida nas exportações totais.

Mais uma vez, descrita por Thirwall e Kaldor anteriormente, evidencia-se a força da indústria manufatureira no caso da pauta chinesa, que por sua vez possui uma balança comercial bastante superavitária e crescente, totalizando um valor

aproximado de 1 trilhão de dólares, ou praticamente o dobro do valor de importações em exportações no ano de 2015, segundo dados da UN CONTRADE¹³.

5.2. Câmbio e Juros

As variáveis macroeconômicas, a demanda externa e a capacidade produtiva podem afetar o resultado da exportação de um país, e no caso das variáveis macroeconômicas câmbio e juros, elas afetam, por exemplo, o desempenho das exportações uma vez que interferem no preço. Já o crescimento mundial também possui efeitos no sentido de alavancar as exportações dos bens com maiores elasticidades renda, como pode ser visto a seguir:

O papel da taxa de câmbio é relevante, pois altera o resultado do setor externo ao induzir mudanças nos preços relativos dos bens domésticos em relação aos estrangeiros, além de ser importante na determinação da estrutura produtiva da economia, ao passo em que alguns segmentos e setores são mais sensíveis à competitividade via preços. Ao mesmo tempo, a taxa de juros atua principalmente sobre a estrutura produtiva, pois os setores e segmentos compostos por grandes empresas têm maior facilidade de financiamento externo. Desse modo, eles são menos sensíveis a variações da taxa de juros doméstica. O crescimento da renda mundial, por sua vez, tende a favorecer mais a exportação dos bens com maiores elasticidades renda (NAKABASHI; CRUZ; SCATOLIN, 2008).

De acordo com o autor citado, o câmbio como sendo uma variável essencial nas exportações, mantê-lo valorizado pode prejudicar a competição via preço, a qual alguns setores são mais sensíveis, influenciando para afetar negativamente as exportações como um todo se a pauta exportadora for majoritariamente composta desse bem. No caso do Brasil, que possui boa parte de sua pauta exportadora composta por produtos como commodities, por exemplo, que possui baixa elasticidade preço renda, a taxa de câmbio desvalorizada consegue estimular e melhorar sua competição no mercado externo, sobretudo, através do preço.

¹³ Não foi necessário utilizar o HS (Sistema Harmonizado), que classifica e desagrega as exportações num nível mais ramificado para forma de análise.

Diversos trabalhos acerca dos efeitos de câmbio e juros sobre a exportação brasileira foram feitos utilizando modelos teóricos de Thirwall e modelos econométricos com métodos de modelagem VAR e VECM¹⁴ para testarem os coeficientes e correlações das variáveis macroeconômicas sobre a exportação brasileira.

Os resultados obtidos por Nakabashi, Cruz e Scatolin (2008) em seu artigo¹⁵, no que se referem a taxa de câmbio, consistem no fato de que uma desvalorização cambial induz a melhora das exportações, tudo o mais constante, uma vez que afeta o preço relativo dos produtos. Porém, notou-se um estímulo nas exportações de recursos naturais quando houve apreciação do câmbio, contudo, o próprio autor aponta que estudos recentes verificaram que a demanda internacional por commodities elevou seu preço, como esses produtos fazem boa parte da pauta exportadora brasileira, é normal o câmbio se valorizar. O autor ainda ressalta que os impactos da variação cambial tendem a ser mais sentidos nos setores que competem com o seu preço no mercado, como por exemplo, as commodities e manufaturados, que por sua vez compõem a maior parte da pauta exportadora de Brasil e China.

Além do mais, a taxa de câmbio é costumeiramente abordada quando ambos os países tomam alguma decisão quanto à sua política econômica, visando, racionalmente, melhores resultados para as suas exportações, e naturalmente, a balança de pagamentos.

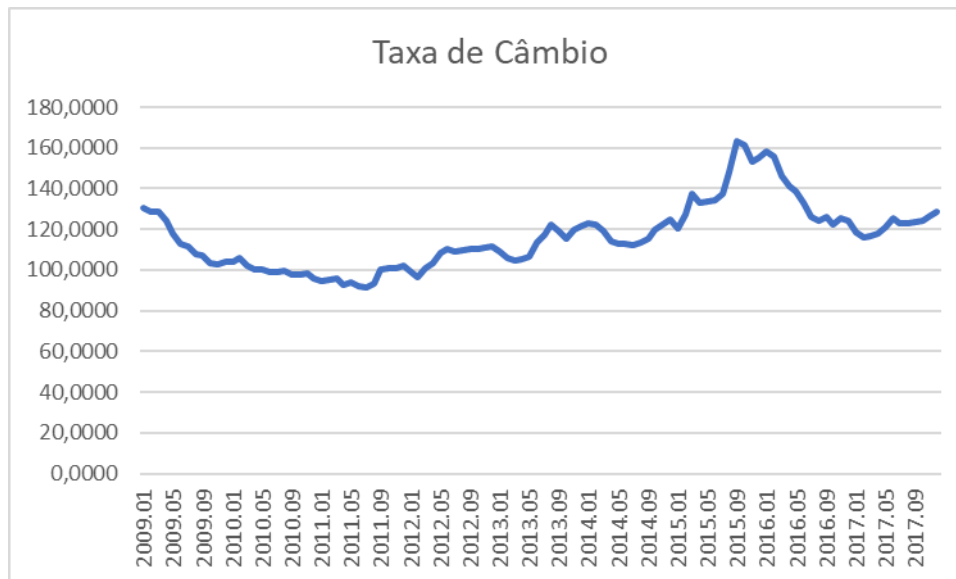
Analisando os gráficos abaixo, percebe-se quase que intuitivamente a relação inversamente proporcional entre as exportações brasileiras e a taxa de câmbio. Nota-se que quando as exportações brasileiras estão crescendo, no mesmo período, as taxas de câmbio são mais baixas, ao mesmo tempo que o contrário também ocorre, quando há uma alta na taxa de câmbio, as exportações decaem. O pico das exportações compreendidas no período estudado ocorre em 2011, ano em que as taxas de câmbio estão menores também. Por fim, ao mesmo tempo que há uma valorização cambial em 2015 para 2016, acontece uma variação negativa nas exportações brasileiras no mesmo ano.

¹⁴ Para ver mais sobre VAR e VECM, consultar Gujarati (2000).

¹⁵ Ver Referências Bibliográficas.

Gráfico 11 – Exportações brasileiras (em US\$)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da World Integrated Trade Solutions/World Bank.

Gráfico 12 – Taxa de câmbio efetiva real INPC exportações (em %)

Fonte: Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA).

Nakabashi, Cruz e Scatolin (2008) ainda informa que os efeitos após uma variação cambial costumam ser sentidos após um tempo, pois quando tratamos de diferentes agentes econômicos, eles podem ter tempo de reação diferente para determinada ação, seja a percepção no nível do preço por parte dos consumidores ou

a troca de uma empresa de insumos para a outra no processo de fabricação de um produto, por exemplo. O autor possui uma definição acertada para a questão no câmbio quando se refere ao efeito renda e substituição, sob uma visão no cenário externo:

No caso das exportações, a valorização do real em face das demais moedas tende a tornar relativamente mais caros os bens exportados pelo Brasil. Dessa forma, tudo o mais constante, os estrangeiros, dados suas respectivas restrições de renda, tendem a apresentar uma perda de poder de compra em relação aos produtos brasileiros. Espera-se que isso resulte em uma queda da quantidade de bens exportadas pelo Brasil, resultado do efeito renda. Por outro lado, os produtos estrangeiros estão agora relativamente mais baratos, o que tende a intensificar ainda mais esse efeito, com a substituição dos bens anteriormente comprados do Brasil. (Nakabashi; Cruz; Scatolin, 2008)

Outro trabalho interessante acerca dos efeitos do câmbio na exportação brasileira para a China é de autoria de Mortatti, Miranda e Bacchi (2011), na qual utilizaram modelagem econométrica VECM (vetor auto regressivo com corretor de erros) para estabelecer relações entre as variáveis macroeconômicas e importações chinesas (como proxy para renda chinesa) no efeito da quantidade de exportação brasileira.

Os resultados encontrados consistem na relação inversamente (diretamente) proporcional, assim como sobredito, da valorização (desvalorização) da taxa de câmbio com as exportações. Num primeiro momento, os autores identificam que as desvalorizações cambiais contribuem nas exportações de produtos industriais do Brasil para a China, mesmo que essa não seja a pauta exportadora brasileira mais relevante do ponto de vista quantitativo. No que tange os produtos agrícolas, as variações cambiais se mostraram não significativos a um nível de 10%, no entanto, tais variações possuem efeito maiores no longo prazo. Já nos produtos minerais, a desvalorização cambial também contribui para o aumento de exportação para a China, no entanto, os efeitos se mostram menores se comparados aos produtos industriais e agrícolas. No geral, os efeitos do câmbio se mostraram maiores, de forma acumulada, no longo prazo, além de afetarem o desempenho das exportações brasileiras para a China.

Também é possível observar que as importações chinesas, proxy para a renda chinesa no modelo analisado, possui impactos na exportação de produtos brasileiros à China, sendo, de acordo com os seus coeficientes encontrados, a cada 1% de aumento na renda chinesa acarreta um aumento de 0,94% na exportação de produtos industriais do Brasil para a China, um aumento de 1,57% nos produtos agrícolas (mais elástica que os produtos industriais) e 1,2% nos produtos minerais - ainda maior que os produtos industriais e menor que os produtos agrícolas. (Mortatti; Miranda; Bacchi, 2011)

No entanto, uma valorização ou desvalorização muito acentuada no câmbio é prejudicial pois possui dois impactos antagônicos sobre o investimento, e naturalmente o crescimento potencial da economia. De um lado, uma maior valorização está associada a uma menor inflação; por outro lado, uma maior desvalorização está associada a uma melhora na balança de pagamentos, pois os setores exportadores ficam mais competitivos pelo preço. O contrário também se faz verdadeiro, a apreciação cambial pode causar déficits em conta corrente. (Barbosa Filho, 2015). Dado esse desafio de mediar entre a valorização e desvalorização, o Banco Central utiliza-se da política monetária a partir de miniciclos de apreciação e depreciação como pode ser visto a seguir:

A forte influência da taxa de câmbio sobre a inflação brasileira acabou gerando um padrão recorrente de atuação por parte do BCB, no qual a autoridade monetária tende a tolerar uma apreciação, mas a lutar contra uma depreciação do BRL. O resultado deste viés de política monetária é uma tendência recorrente de apreciação cambial, isto é, uma sucessão de “miniciclos” de apreciação gradual e depreciação súbita do BRL, em torno da tendência de longo prazo da taxa de câmbio real determinada pelas condições financeiras internacionais (Barbosa Filho, 2015).

Sobre os juros, conforme citado anteriormente, ela possui importância no financiamento de investimentos para os mais diversos agente econômicos. Desse modo, num primeiro momento as empresas possuem incentivos ao empréstimo caso estas forem baixas, ao mesmo tempo que o contrário também ocorre, uma elevação da taxa de juros também os desestimula, induzindo caso haja acesso, a recorrerem ao financiamento externo a fim de obterem as menores/melhores taxas.

É importante salientar que as taxas de juros do Brasil são consideradas uma das maiores do mundo¹⁶, influenciando para um impacto nos grupos de empresas pequenas e médias, que por sua vez, respondem por considerável parcela das empresas brasileiras e geralmente não possuem acesso ao financiamento externo.

O trabalho de Nakabashi, Cruz e Scatolin (2008) sobre os efeitos das variáveis econômicas sobre as exportações da indústria brasileira também utilizou a taxa de juros em sua modelagem econométrica, obtendo resultados interessantes sobre o comportamento da pauta exportadora brasileira. No que se refere aos bens exportados baseados em diferenciação e escala, a alta dos juros parece ter um impacto negativo, uma vez que já estão sendo prejudicados pela apreciação cambial. Não obstante, quando se trata de bens baseados em recursos naturais e ciência, essas não tiveram dificuldades em manter seus níveis de exportação.

Como podemos observar no gráfico 13 abaixo, em comparação com o gráfico 11 e 12, a evolução na taxa de juros não acompanha tão bem as exportações brasileiras como a evolução da taxa de câmbio, por exemplo. O pico das exportações em 2011 também se mostra na taxa de juros, tendo um pico também em meados desse ano, no entanto, nos anos seguintes o juro decai e sobe novamente tendo um novo pico entre o final de 2016 e começo de 2017, enquanto que as exportações brasileiras sofrem uma queda do pico de 2011 que perdura até 2016. A queda nas exportações pode ter sido causada pela crise econômica sofrida pelo país, enraizada por uma crise também política¹⁷, uma vez que a crise econômica também teve efeitos nas mais diversas variáveis, como por exemplo, a taxa de juros pode ter sido utilizada a fim de conter a inflação elevada do período.

O efeito da taxa de juros também influencia de forma não direta na inflação, pois reduz o incentivo ao consumo no caso de uma alta nos juros, ou o estimula no caso de uma baixa. O câmbio também pode ser influenciado uma vez que os juros contribuem para os custos de operações, chamado de *hedge cambial*, como pode ser visto a seguir:

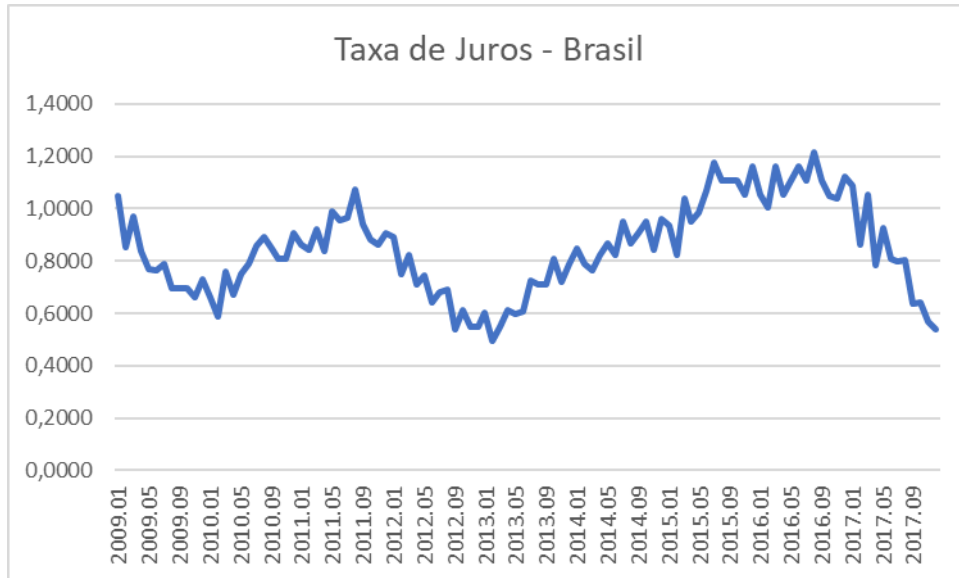
(...) o efeito dos juros altos sobre a demanda agregada é o que impede que os choques de custo se transformem em aumentos da taxa de inflação. (...)

¹⁶ Segundo dados da Infomoney.

¹⁷ Ver seção Contexto Brasileiro.

A política de juros elevados, ao valorizar a taxa nominal de câmbio, gera diretamente um choque positivo de custos em moeda local. (Serrano, 2010)

Gráfico 13 – Taxa de juros overnight Selic de 2009 a 2017 (em %)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA).

6. Considerações Finais

O contexto menos favorável da situação mundial e interna em comparação aos anos anteriores do período estudado mostra-se um desafio para o crescimento brasileiro. Com a desaceleração econômica do mundo e da China, o Brasil se encontra numa situação em que se recupera da recessão, uma de suas piores, e direciona novas políticas econômicas que buscam melhorar a situação fiscal vigente, sobretudo, com políticas impopulares decorrentes da necessidade de um ajuste que será feita tardiamente, e que também precisam do apoio da população que se encontra relativamente bipolarizada e desacreditada da política e tudo que a envolve.

O efeito de um novo presidente eleito ante a antiga governança do mesmo partido por mais de uma década traz novas discussões quanto às políticas econômicas austeras prometidas em campanha e a necessidade da continuidade do assistencialismo num país socioeconomicamente desigual.

Por se tratar da superação de uma grave recessão, a previsão de crescimento do Brasil não é uma das melhores, principalmente em decorrência da má situação fiscal, causadas por choques negativos e políticas custosas de isenções e desonerações.

Se tratando de contexto global, temos a Guerra Comercial que segundo as projeções abordadas pode proporcionar uma melhora nas exportações do Brasil para a China e os Estados Unidos, sendo esse um aumento de 3,8% das exportações totais. Não obstante, ainda que as exportações seja um fator decisivo para o crescimento no longo prazo, a Guerra tarifária travada pelas duas maiores potências econômicas deverá afetar o desempenho do mundo como um todo, reduzindo as expectativas de aumento de PIB de forma geral para os países.

Suscetível à situação externa em meio a uma situação interna conturbada, o Brasil deverá se atentar para sua situação fiscal uma vez que a desaceleração mundial ocasionada pela Guerra reduzirá o arrecadamento interno ao passo que o seu crescimento também será menor, bem como a redução na demanda de seus principais parceiros comerciais (China e Estados Unidos) em decorrência da desaceleração geral.

No que tange o crescimento de longo prazo, lançando mão de eficientes políticas econômicas não desempenhadas no período abordado e aliado com o crescimento impulsionado pelas exportações o Brasil pode seguir dois caminhos: diversificar mais a sua pauta e investir em setores industriais/manufatureiros ao ponto de atingir a produtividade necessária para se tornar competitiva e exportadora no futuro, assim como descrita por Thirwall e Kaldor; ou seguir o caminho dos produtos primários, e continuar investindo nesse setor e nesse caso, melhorar o ambiente de negócios do seu mercado interno, estimulando a demanda interna de forma não intervencionista para elevar sua produtividade com o aumento de competitividade de outros setores. Lembrando que nesse caso, o setor primário é mais sensível a choques externos, como por exemplo a redução da demanda pós boom de commodities ou a influência do câmbio no preço, afetando diretamente a competitividade deste que é de menor valor agregado. No mais, a relação bilateral com a China e o contexto de Guerra Comercial ainda mostra um balanço positivo para esses produtos no curto prazo.

A China deve seguir o caminho da indústria e manufatura para atingir o ponto de “maturidade econômica”, na qual o crescimento será impulsionado pelas exportações, não esquecendo o volume de seu mercado interno, que é bem amplo e competitivo, não mencionando os diversos outros fatores importantes para o sucesso desta como a sua própria poupança (investimento).

A relação bilateral entre Brasil e China se mostrou frutífera nos anos analisados, primeiro que a balança comercial para o Brasil nesse comércio é superavitária desde 2009, revelando-se crescente também durante o contexto de Guerra Comercial em 2018, dado pelo aumento de exportação. O impulsionamento da industrialização chinesa também favorece a demanda pelo mercado de produtos primários brasileiros, e como gera superávit, o Brasil terá mais fôlego em sua balança de pagamentos.

Referências Bibliográficas

BARBOSA FILHO, Fernando de Holanda. **A crise econômica de 2014/2017**. Estud. av., São Paulo, v. 31, n. 89, p. 51-60, abril 2017.

BARBOSA FILHO, NELSON. **O desafio macroeconômico de 2015-2018**. Rev. Econ. Polit., São Paulo, v. 35, n. 3, p. 403-425, set. 2015.

BBC (2019). British Broadcasting Corporation. Dados da evolução do mercado de ações desde que a Guerra Comercial começou estão disponíveis para consulta no seguinte sítio: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-48228954>. Último acesso, jun. 2019.

CENSUS (2019). United States Census Bureau. Dados da balança comercial entre os Estados Unidos e a China estão disponíveis para consulta no seguinte sítio: <https://relatedparty.ftd.census.gov/>. Último acesso, mai. 2019.

FAO (2019). Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura. Dados dos mercados agrícolas estão disponíveis para consulta no seguinte sítio: <http://www.fao.org/>. Último acesso, mai. 2019.

FEISTEL. P. R.; HIDALGO, A. B. **O intercâmbio comercial Brasil – China: a questão das vantagens comparativas**. Análise Econômica, Porto Alegre, v.30, n.57, p. 175-203, mar. 2012.

GUJARATI, Damodar N. **Econometria Básica**. 3. ed. São Paulo: Pearson Makron Books, 2000.

IBGE (2019). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Dados econômicos do Brasil estão disponíveis para consulta no seguinte sítio: <https://www.ibge.gov.br/>. Último acesso, maio 2019.

IPEADATA (2019). Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada. Dados econômicos do Brasil estão disponíveis para consulta no seguinte sítio: <http://www.ipeadata.gov.br/>. Último acesso, maio 2019.

MEDEIROS, Carlos; SERRANO, F. **Inserção externa, exportações e crescimento no Brasil**. In: FIORI, José Luís; MEDEIROS, Carlos (Org.). Polarização mundial e crescimento, Rio de Janeiro, Vozes, 2001.

MORTATTI, Caio Marcos; MIRANDA, Sílvia Helena Galvão de; BACCHI, Mirian Rumenos Piedade. **Determinantes do comércio Brasil-China de commodities e produtos industriais: uma aplicação VECM**. Econ. Apl., Ribeirão Preto, v. 15, n. 2, p. 311-335, jun. 2011.

NAKABASHI, Luciano; CRUZ, Marcio José Vargas da; SCATOLIN, Fábio Dória. **Efeitos do câmbio e juros sobre as exportações da indústria brasileira**. Rev. econ. contemp., Rio de Janeiro, vol.12, n.3, pp.433-461, dez. 2008.

OLIVEIRA, Francisco Horácio Pereira de. **Retornos Crescentes, Inovação Tecnológica e Especialização Produtiva**. 2013. 124f. Tese de Doutorado – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

PAULA, Luiz Fernando de; PIRES, Manoel. **Crise e perspectivas para a economia brasileira**. Estud. av., São Paulo, v. 31, n. 89, p. 125-144, abril 2017.

PIRES, Manoel C. C. **Política econômica e estabilização: uma breve análise da recessão brasileira.** Brazilian Keynesian Review, v.2, n.2, p.247-251, 2016.

SECEX (2019). Secretaria de Comércio Exterior do MDIC – Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior Brasileiro Dados para o comércio exterior do Brasil estão disponíveis para consulta no seguinte sítio: <https://www.ibge.gov.br/>. Último acesso, maio 2019.

SERRANO, Franklin. **Juros, câmbio e o sistema de metas de inflação no Brasil.** Rev. Econ. Polit., São Paulo, v. 30, n. 1, p. 63-72, mar. 2010.

THIRWALL, A. P. **A natureza do crescimento econômico: um referencial alternativo para compreender o desempenho das nações.** Brasília: IPEA, 2005.

UNCTAD (2019). **Trade Wars: The Pain and the Gain.** Disponível em: <https://unctad.org/en/pages/newsdetails.aspx?OriginalVersionID=1989> Acesso em: maio 2019.

UNCTAD (2019). United Nations Conference on Trade and Development. Dados econômicos variados dos países estão disponíveis para consulta no seguinte sítio: <https://unctad.org/>. Último acesso, maio 2019.

INFOMONEY (2019). Dados sobre a elevada taxa de juros estão disponíveis para consulta no seguinte sítio: <https://www.infomoney.com.br/onde-investir/noticia/7621829/mesmo-com-selic-em-650-brasil-tem-uma-das-taxas-de-juros-reais-mais-altas-do-mundo>. Último acesso, jun. 2019.

WITS (2019). World Integrated Solutions - World Bank. Dados econômicos variados dos países estão disponíveis para consulta no seguinte sítio <https://wits.worldbank.org/>. Último acesso, maio 2019.


WORLD BANK (2019). The World Bank. Dados para a evolução da taxa de crescimento dos países estão disponíveis para consulta no seguinte sítio: <https://data.worldbank.org/>. Último acesso, jun. 2019.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO – UFOP
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS – DEECO – ICSA
COLEGIADO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS



Certifico que o trabalho de conclusão de curso intitulado **"PARCEIROS COMERCIAIS EM CONTEXTO DA GUERRA COMERCIAL: UMA ANÁLISE COMPARATIVA E DESCRITIVA DOS PAÍSES BRASIL E CHINA DE 2009 A 2018"**, de autoria do aluno Anderson Li, foi aprovado sem recomendações de alteração pela banca examinadora e que estou de acordo com a versão final do trabalho.



Prof. Francisco Horácio Pereira de Oliveira
Orientador (a)

Mariana, 15 de julho de 2018.